

Amazonas

Tikuna escrevem livro em sua própria língua

Reportagem de Verenilde Pereira

Para os 106 Tikuna que participaram do encontro sobre educação ocorrido na aldeia Canimaru, no alto Solimões (AM), de 30 de novembro a 17 de dezembro últimos, o resultado foi surpreendente. Em produção coletiva, elaboraram o segundo livro de textos escrito na própria língua tikuna e os 35 temas, com suas respectivas traduções, serão utilizados na 2ª série do 1º grau.

Isso certamente incomodará os interessados na "integração" desse povo, que possui cerca de 18 mil pessoas no lado brasileiro dos limites com o Peru e a Colômbia, sendo a maioria concentrada no alto Solimões. Porque, além de autores, eles são os protagonistas do que escreveram, daí os textos terem como suporte os problemas que enfrentam para manter a identidade étnica, a terra e as formas de sobrevivência física.

Associação garante o ensino bilingüe

Os professores tikuna criaram, em 1986, a Organização Geral dos Professores Tikuna Bilingües (OGPTB), à época em que foi implantado simultaneamente, entre eles, o ensino da língua materna e em português. A prioridade da Organização é tratar de assuntos relacionados à educação, mas ela age em conjunto com o Conselho Geral das Tribos Tikuna (CGTT), mais voltado para questões relacionadas à terra.

Segundo o professor Lino Fernandes, da comunidade Santo Antônio e membro da OGPTB, a entidade trabalha, no momento, para avaliar o resultado da implantação da primeira cartilha bilingüe, utilizada desde 1986. E trata de outros problemas, como a falta de material nas escolas e a contratação de mais professores pela Funai.

Em 1985, foram doados à escola de Campo Alegre, que atualmente possui 497 alunos, cinco mil cadernos, três mil borrachas e quatro mil lápis, em seguida distribuídos em várias outras comunidades. A partir daí, nenhum outro material foi adquirido, seja através da Funai ou da Secretaria de Educação. Aliado à falta de condições das escolas, o pro-

A assessoria técnica do curso foi feita pelos membros da Opan (Operação Anchieta) no local, Nadir Francisco e Arlindo Leite, e pela linguísta Marília Facó Soares, da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

NATA'A

Nata'a, na língua tikuna, significa lago, e serviu como tema do livro. Nele os Tikuna ressaltam a importância do lago, uma vez que lhes dá todas as espécies de peixes que consomem — "por isso nós proibimos a entrada no lago, porque, se não proibirmos, os peixes acabarão".

O que, para a sociedade nacional pode parecer um tema banal, o Tikuna Emilio Marques, há dez anos professor da comunidade Campo Alegre, explica um dos temas cruciais que geram os conflitos com os "civilizados": a invasão de seus lagos por barcos pesqueiros. O que é uma reclamação antiga, pois, incitados

por donos de frigoríficos, os barqueiros continuam a invadir esses locais, o que já resultou, por exemplo, na destruição de milhares de peixes do lago Tupi e sua total improdutividade. Os pescadores arrombaram o canal natural que o ligavam ao rio, o que muito afetou a população regional.

E existe uma lista razoável de lagos saqueados, cujos produtos são contrabandeados para os países vizinhos. Os Tikuna citam, entre outros, a morte do pirarucu, que existia no lago Kacupará, pelo comerciante Müller, dono de frigorífico em Tabatinga; a destruição dos peixes no igarapé Tacana, através do envenenamento com o timbó, e mostram-se irritados com a ineficácia da Funai diante da situação.

A reação dos Tikuna contra isso, muitas vezes, culminou com a apreensão dos barcos e materiais de pesca, o que, segundo Quintino, não foi o bastante para que o problema se resolvesse. "Isso fez foi aumentar o preconceito contra nós", frisou.



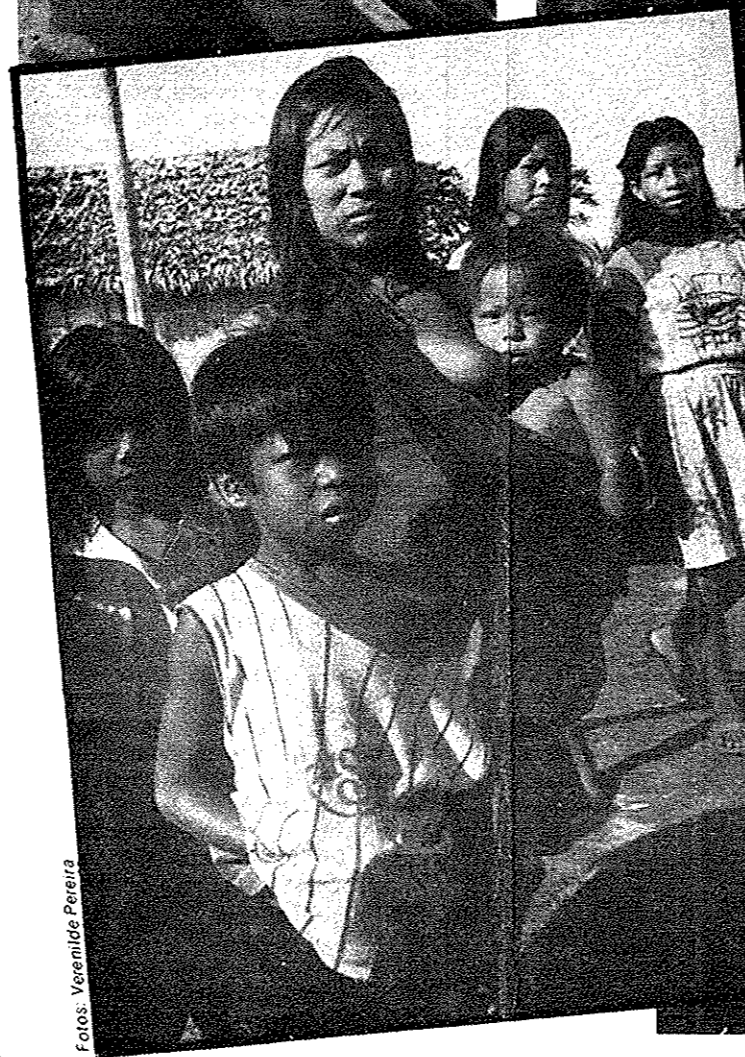
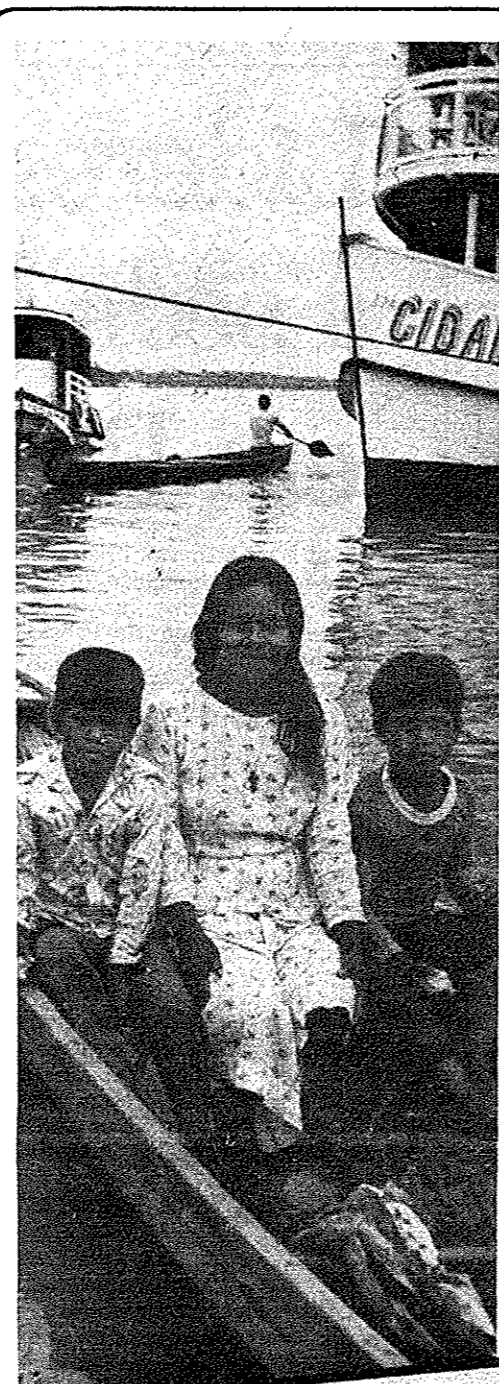
O professor Adelmo Fernandes: a língua materna representa um instrumento político e de sobrevivência

blema é mais um que continua na lista de providências da OGPTB.

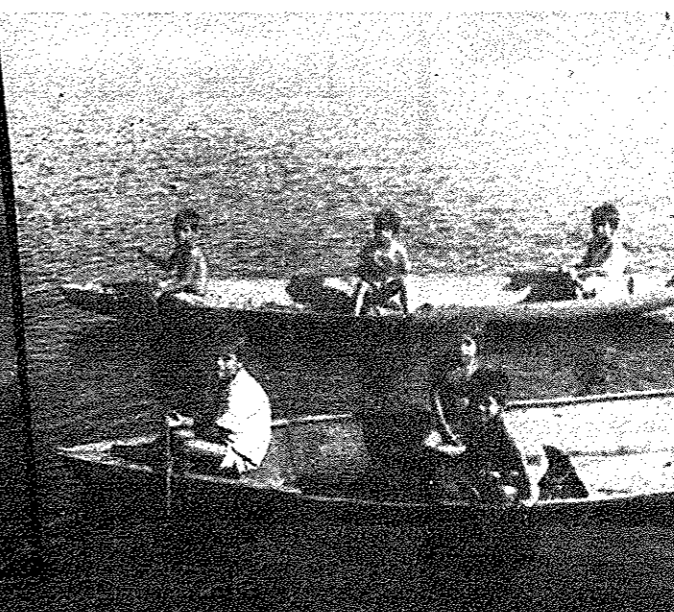
UM INSTRUMENTO

O livro de textos escrito durante o curso de Canimaru reforça a importância da língua como força cultural, constata o professor Adelmo Fernandes, da comunidade Santo Antônio, onde existe uma escola com 110

alunos. Ele falou que a língua materna, mantida até hoje por cerca de 18 mil pessoas, representa um forte instrumento político e de sobrevivência dos Tikuna nestes 300 anos de contato. O dado é relevante, uma vez que, durante estes séculos, os Tikuna sobreviveram à escravização das frentes pioneiras, aos surtos messiânicos e aos projetos governamentais, como os das últimas décadas, com suas características genocidas.



Fotos: Verenilde Pereira



Trezentos anos não foram suficientes para que deixassem de ser Tikuna. Mas há quem insista em querer vê-los todos "brancos", a qualquer custo

Colônia ameaça igarapé sagrado

Os participantes do encontro de Canimaru não deixaram de tecer comentários sobre a demarcação e garantia de suas terras. Das 16 áreas que possuem, apenas quatro foram demarcadas, somando 103.350 hectares, menos de 10% do total real. E mesmo assim permanecem sem homologação.

E eles temem, principalmente, as ameaças que recaem sobre a área Evare I, onde está situado o igarapé São Jerônimo. Segundo sua mitologia, pela qual tiveram origem das águas, exatamente nesse igarapé é que foram pescados por Yoi, o deus da criação.

Mas, para o CSN e a Funai, o local é mais uma das áreas do Projeto Calha Norte, e propostas confusas foram feitas aos Tikuna, por representantes desses órgãos, entre elas a de criação de colônia indígena e floresta nacional. Esta permite, inclusive, a exploração econômica.

A questão se complica em vista de que as áreas Evare I e II representam o local de maior concentração dos indígenas — cerca de 10 mil pessoas —, além de ser um reduto de fortes recursos econômicos e concentração cultural. Diante da situação, os Tikuna, representados pelo advogado Renê Garcez, ingressaram em juízo, no último mês de dezembro, requerendo a declaração judicial de

posse e usufruto exclusivo dessas áreas, em seus limites reais.

De concreto, os Tikuna continuam protestando contra a falta de consulta, da parte das autoridades, para a implantação do Calha Norte, e impossibilitados de obter maiores informações sobre a questão. Sabem de técnicos, engenheiros, que passam pelas aldeias "e que dizem ser do Calha Norte". Apenas isso. Sendo assim, continuam a organizar resistência contra este "grande ataque" e os "pequenos de todo dia", diz o capitão Floriano Pinto, da aldeia Bom Caminho.

Na tarde do dia 20 de dezembro último, Floriano foi comunicado de que a placa de identificação colocada pela Funai, declarando o local como área indígena, tinha sido roubada mais uma vez. O fato causou um certo alvoroço na aldeia, que possui 25 famílias, com 198 pessoas. No final do dia, a placa foi encontrada e Floriano Pinto disse ter certeza de que a atitude era de "brancos que não aceitam índios terem sua terra".

Os indígenas daquela aldeia vivem em constante vigília contra a invasão de madeireiros, seringueiros e barcos pesqueiros em sua terra, ao lado da qual se implantaram a Madeireira da Amazônia Ltda. (Madeama) e a Madeireira Santo Antônio Ltda. (Madesal).



O capitão Floriano Pinto: zangado com os brancos que não aceitam índio ter terra